

## TERMO DE REFERÊNCIA

O objeto deste certame é o Registro de Preços, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, para eventual fornecimento de equipamentos, mobiliário, materiais automotivos, materiais gráficos e gêneros alimentícios, no âmbito da 8ª Superintendência, em São Luís – MA.

Agosto/2023

## ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	4
3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE .....	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	7
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA .....	8
8. PROPOSTA .....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	10
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	11
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	11
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS .....	11
14. MULTAS .....	11
15. FISCALIZAÇÃO .....	13
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	14
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	15
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	17
19. GARANTIA DOS MATERIAIS .....	18
20. CONDIÇÕES GERAIS .....	19
21. ANEXOS .....	19

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Objeto deste certame é o Registro de Preços, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, critério MENOR PREÇO, para eventual fornecimento de equipamentos, mobiliário, materiais automotivos, materiais gráficos e gêneros alimentícios, no âmbito da 8.ª Superintendência, em São Luís - MA

- 1.1 A licitação será dividida em grupos, formados por dois ou mais itens, e itens individuais, conforme tabela constante do Anexo I deste Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.
- 1.2 Os itens desta licitação deverão se enquadrar nas especificações, quantidades, preço de referência, além de, rigorosamente, serem confrontados com seus respectivos detalhamentos constantes deste Termo de Referência, de forma a não haver discrepância entre o item de interesse público e o ofertado pelo licitante.
- 1.3 A aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF.
  - 1.3.1 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG.
    - 1.3.1.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
  - 1.3.2 Todos os materiais deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial, acreditado nacionalmente – ABNT, INMETRO, etc, a depender de suas atribuições, abrangência e natureza atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
  - 1.3.3 Os prazos de validade e garantia não poderão ser inferiores a 12 meses, mesmo quando não expressos na própria descrição dos itens (embalagem).
  - 1.3.4 Os bens oriundos do Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais lacradas apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação, garantia e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.



## 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em São Luís - MA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**GRA** – Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico, a qual compete administrar e desenvolver recursos humanos, atividades auxiliares, finanças e contabilidade por meio das suas estruturas orgânicas vinculadas.

**GRA/USA** – Unidade Regional de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares, vinculada à GRA, responsável pelas atividades de manutenção e conservação dos bens imóveis e móveis.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de Materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** – é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

### **3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.1 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços
- 3.2 Critério de Julgamento: Menor Preço
- 3.3 Modo de Disputa: Aberto, com lance intermediário mínimo no percentual de 0,5% (meio por cento)

### **4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE**

- 4.1 O prazo máximo para a entrega dos bens e serviços será impreterivelmente de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou serviço ou da nota de empenho pela licitante vencedora, por e-mail ou através dos correios.
  - 4.1.1 Os prazos de entrega se justificam pela necessidade de suprimento das demandas com brevidade a fim de não interromper os trabalhos em execução.

- 4.2 O objeto deverá ser entregue na Unidade de Serviços Auxiliares – 8ª/GRA/USA, situada na Avenida Alexandre de Moura, nº 25, Centro, prédio da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, São Luís - MA, CEP 65.025-470, telefones (98) 2016-7576 e (98) 3198-1302, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30minh, de segunda a sexta-feira, e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições técnicas com aprovação pelo setor competente.
- 4.3 O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 4.3.1 O transporte, carga e descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
- 4.3.2 Não serão recebidas embalagens com quaisquer tipos de danos ou avarias.

## 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento eventual de equipamentos, mobiliário, materiais automotivos, materiais gráficos e gêneros alimentícios, no âmbito da 8ª Superintendência, localizado no município de São Luís, Estado do Maranhão, conforme distribuídos na planilha constante no Anexo II deste Termo de Referência.
- 5.2 A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência, que deverá ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3 Havendo divergência entre a descrição dos materiais e bens no sistema Comprasnet (CATMAT) e a descrição contida nas planilhas do Anexo II, prevalecerá sempre a descrição contida nas planilhas, campo “Descrição”.
- 5.4 A pesquisa de preços que norteou o Termo de Referência foi realizada no mês de julho e agosto de 2023, através do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (painel de preços).
- 5.5 A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

- 5.6 O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.7 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.8 Os materiais serão recebidos:
  - 5.8.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
  - 5.8.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias do recebimento provisório.
- 5.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 5.11 Os materiais devem ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, procedência, prazo de validade de acordo com a legislação em vigor;
- 5.12 A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, estritamente de acordo com as especificações constantes deste instrumento, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do material que venha a ser constatado pela Administração em desconformidade com as referidas especificações.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1 Participarão da presente licitação, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam às exigências do Termo de Referência e seus anexos, em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c Art. 28, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.
- 6.2 Nas propostas direcionadas aos Grupos de Itens previstos no Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, bem como nas Especificações Técnicas, constantes no Anexo II deste Termo de Referência, não será permitida a concorrência por itens individuais, conforme justificativa constante no Anexo I do Termo de Referência.



- 6.3 As propostas que não abrangerem a totalidade do Grupo de Itens serão desclassificadas.
- 6.4 Somente serão permitidas propostas por itens individuais para os materiais descritos nos Itens sem Grupo, do Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, bem como nas Especificações Técnicas, constantes no Anexo II deste Termo de Referência.
- 6.5 Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio.
- 6.6 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

- 7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento não será obrigatório, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF.
- 7.2 Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais correrão por exclusiva conta do licitante.
- 7.3 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os materiais objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Administração da CODEVASF, em São Luís, no estado de Maranhão, no telefone: (98) 3198-1302. (8ª/GRA/USA).

## **8. PROPOSTA**

- 8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:
  - 8.1.1 Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
  - 8.1.2 As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos serviços/fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;



- 8.1.3 Planilha de preços unitários e totais ofertados para os materiais/serviços, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, que é parte integrante deste termo de Referência.
- 8.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 8.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega do material, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 8.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global por Grupo, conforme critérios acima estabelecidos.
- 8.5 A proposta deverá ser apresentada em reais, com duas casas decimais, com as quantidades, com os preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência.
- 8.6 Todos os produtos devem ser originais de fábrica, não sendo aceita, em hipótese alguma, a cotação de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados, sob pena de afastamento do certame pela Codevasf (TCU, Decisão 1622/2002-Plenário).

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 9.1.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.
- 9.1.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos serviços, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem serviços dentro das

condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.

9.1.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.1.3.1 Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de serviços/fornecimentos similares ao objeto da licitação:

9.1.4 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

9.1.5 A Codevasf poderá, a seu critério, promover visita de cunho técnico para conhecer as instalações e equipamentos das empresas participantes do processo.

## 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 221.653,37 (duzentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos), a preços entre julho e agosto/2023, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência:

- Itens individuais no valor global de R\$ 103.382,33 (cento e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos).

- Grupo 1 no valor global de R\$ 42.889,20 (quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

- Grupo 2 no valor global de R\$ 63.124,80 (sessenta e três mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

- Grupo 3 no valor global de R\$ 3.690,00 (três mil, seiscentos e noventa reais).

- Grupo 4 no valor global de R\$ 8.567,04 (oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quatro centavos).

10.2 Em conformidade com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art.7º, § 2º:

"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 11.1 O prazo para vigência será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato.

## **12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente, observado ainda:
- 12.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

## **13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 13.1 Os preços registrados somente poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, que eleve o custo dos materiais registrados, conforme Art. 17, 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013 e observadas as situações previstas no Inciso VI do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

## **14. MULTAS**

- 14.1 Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- 14.1.1 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 14.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

14.2.1 Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;

14.2.2 Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

14.2.3 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade – inexecução parcial**

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

**Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectiva penalidade**

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

14.3 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.4 As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 141, alínea “b” do RILC

14.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

14.5.1 A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

- 14.5.2 Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação;
- 14.5.3 Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade de Finanças – 8ª GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação de multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da 8ª Superintendência Regional, que procederá ao seu exame.
- 14.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 14.8 Em caso de rejeição da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a rejeição novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 14.9 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## 15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 15.1.1 A presente contratação será gerenciada pela 8ª/GRA/USA – Unidade Regional de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares, e fiscalizada por empregado da 8ª/GRA/USA (designado para tal, quanto ao recebimento e distribuição).
- 15.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 15.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio e informará a autoridade superior através de parecer, todas as ocorrências relacionadas

com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 15.4 O bem ou serviço entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a contratada será obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contado da data do recebimento de notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
- 15.5 Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 15.6 A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o bem ou serviço que vier a ser recusado e a arcar com todas as despesas oriundas do atraso da entrega e pagamento, tais como multa incidentes sobre impostos.
- 15.7 Serão recusados apenas os itens da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento ou Serviço que estiverem em desacordo.
- 15.8 Quando a recusa for parcial serão pagos os itens entregues conforme especificação editalícia e glosado o valor correspondente aos itens rejeitados até que seja efetuada a devida substituição.
- 15.9 A Contratada deverá retirar o bem ou serviço recusado no momento da entrega do bem ou serviço correto. A CODEVASF não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo.
- 15.10 A CODEVASF poderá dar a destinação que julgar conveniente ao bem abandonado em suas dependências.
- 15.11 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da CODEVASF, a qual não está obrigada a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 15.12 Caso seja necessário, um representante da Contratada poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos materiais/serviços, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

## 16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



- 16.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 16.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
  - 16.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
  - 16.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
  - 16.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 16.2 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 16.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 16.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização,

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 17.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. Além disso, entregar bens acondicionados em embalagens originais lacradas apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação, garantia e validade, de acordo com as características individuais de cada produto;
- 17.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, quando couber, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 17.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 17.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 17.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.1.7 A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e com o art.6º da instrução normativa/SLTI/MPOG n.º 01 de 19 de janeiro de 2010.
- 17.1.8 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente a este Termo de Referência;
- 17.1.9 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448 – 1 e 15448 – 2;
- 17.1.10 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental;

- 17.1.11 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 17.1.12 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction Of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (PB), cromo hexavalente (CR(VI), cádmio (CD), bifenil–polibromados (PBBS), éteres difenil–polibromados (PBDES).
- 17.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 18.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 18.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 18.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 18.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 18.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 18.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- 18.8 São obrigações da Contratante:
- 18.8.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 18.8.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 18.8.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 18.8.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 18.8.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 18.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **19. GARANTIA DOS MATERIAIS**

- 19.1 A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.
- 19.2 O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90.
- 19.3 O prazo de validade dos bens deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.
- 19.4 Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para a CODEVASF, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação.
- 19.5 A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 19.6 Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 19.7 O fornecedor fica obrigado a substituir o bem que apresente defeito de fabricação ou que se mostre em condições inadequadas ao uso, dentro do prazo de 01 (um) ano a contar do recebimento definitivo do bem.



## **20. CONDIÇÕES GERAIS**

- 20.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **21. ANEXOS**

- 21.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo I – Justificativas
  - Anexo II – Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

Suprir o estoque de equipamentos, mobiliário, materiais automotivos, materiais gráficos e gêneros alimentícios, para atendimento de demanda da 8ª Superintendência Regional durante a vigência da ata de registro de preços.

#### **Da necessidade da contratação**

As compras de materiais para o ressuprimento do estoque do almoxarifado visam atender as necessidades de consumo imediato desta 8ª SR, no desenvolvimento das atividades diárias. Vale ressaltar que é mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entrega parcelada necessária à Administração para o desempenho de suas atribuições.

#### **Relação entre demanda prevista e a contratada**

O levantamento da demanda foi realizado através dos pedidos que, a cada exercício, são encaminhados à 8ªGRA/USA. Por meio de relatórios gerenciais do sistema SIAMP é possível mensurar a demanda efetiva por item acrescido de quantidade adicional razoável para abrigar necessidade posterior.

#### **Benefícios esperados**

O principal benefício é que a própria concepção do SRP permite compras parceladas o que não gera necessidade de estoque de materiais, tampouco de indicação de rubrica orçamentária para efetuar o sistema de registro de preços.

Também evita a aquisição de materiais de expedientes e de uso geral por meio de dispensas de licitação, o que racionaliza a mão de obra disponível na Codevasf/8ªSR.

#### **Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.



### **Participação de Consórcios**

Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

### **Participação de Cooperativa**

Não será admitida a participação de Empresas de cooperativas de mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

### **Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, tendo em vista tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades.

### **Do agrupamento de itens**

É sabido que o agrupamento de itens em edital de licitação é medida excepcional. Dessa forma, cabe a Administração Pública justificar a adoção da excepcionalidade motivando sua utilização.

Nesse viés, cumpre primeiramente informar que os itens agrupados na licitação possuem mesma natureza e guardam relação entre si, possibilitando o critério de competitividade entre os licitantes que atuam no mercado para o fornecimento específico daqueles itens, tendo em vista que são materiais/serviços comuns com características de utilização conjunta e de fácil estoque pelos fornecedores.

Nesse sentido, as licitações anteriores realizadas pela 8ª Superintendência Regional comprovam que houve ampla participação de licitantes sem a restrição da competitividade, por proporcionar o máximo possível a similaridade de materias/serviços em cada grupo de itens.

Outro fator importante que justifica a adoção do agrupamento de itens é o número reduzido de funcionários no setor responsável pela gestão da Ata do Registro de Preços e dos contratos que dela decorrerá, atualmente contando com apenas 03 (três) empregados efetivos.

A gestão contratual de 18 (dezoito) itens adquiridos separadamente pelo setor acima mencionado vai de encontro ao que anseia a Administração Pública na busca pela eficiência e da celeridade administrativa.

Ademais, o agrupamento de itens permitirá a otimização no gerenciamento dos contratos e na logística de fornecimento, conforme mencionado no Acórdão TCU nº 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013.



Sendo assim, a licitação moderna almeja a obtenção da Melhor Oferta que compreende não somente o menor preço, mas um conjunto amplo que engloba a economia procedimental, a eficiência e a celeridade na consecução dos objetivos da Administração Pública.

### **Da dispensa da Intenção de Registro de Preços:**

Devido ao quadro reduzido de empregados na unidade gerenciadora deste Sistema de Registro de Preços, impossibilitando a adequada Gestão da Ata, é justificada a dispensa da Intenção de Registro de Preços, conforme Art. 20, caput, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Deliberação nº 28, de 27 de julho de 2020).